

Representações Sociais

Para conhecer o senso comum

Coordenador

Joaquim Pires Valentim

EDIÇÕES SÍLABO

É expressamente proibido reproduzir, no todo ou em parte, sob qualquer forma ou meio gráfico, eletrónico ou mecânico, inclusive fotocópia, este livro.

As transgressões serão passíveis das penalizações previstas na legislação em vigor.

Não participe ou encoraje a pirataria eletrónica de materiais protegidos.

O seu apoio aos direitos dos autores será apreciado.

Visite a Sílabo na rede
www.silabo.pt

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDP/00730/2020.



FICHA TÉCNICA

Título: Representações Sociais – Para Conhecer o Senso Comum

Autores: Joaquim Pires Valentim e outros

© Edições Sílabo, Lda.

Capa: Pedro Mota

1.^a Edição – Lisboa, setembro de 2022

Impressão e acabamentos: ARTIPOL – Artes Tipográficas, Lda.

Depósito Legal: 503457/22

ISBN: 978-989-561-241-3



Editor: Manuel Robalo

R. Cidade de Manchester, 2

1170-100 Lisboa

Telf.: 218130345

e-mail: silabo@silabo.pt

www.silabo.pt

Índice geral

Prefácio	9
-----------------	---

Jorge Correia Jesuino

Introdução	15
-------------------	----

Joaquim Pires Valentim

CAPÍTULO 1

Noções básicas sobre representações sociais

Joaquim Pires Valentim

Representações coletivas e representações sociais	23
Sistema e metassistema	24
Objetivação e ancoragem	27
Sistemas de comunicação: difusão, propagação e propaganda	30
«Pensamento social» e pensamento científico	32
Em síntese	36

CAPÍTULO 2

Representações sociais – Emergência e abordagens teóricas de uma teoria psicossocial do pensamento social

Isabel Cerca Miguel

Representações sociais: origem e funções	40
Representações sociais, atitudes e cognição social: elementos para uma distinção	42

Abordagens teóricas das representações sociais	45
Conclusão	53

CAPÍTULO 3

A teoria das representações sociais e os modelos da cognição social

Marcus Eugênio Oliveira Lima

Introdução	55
A análise dos estereótipos na perspectiva da cognição social	59
Potencialidades e limites na análise dos estereótipos na cognição social	63
Potencialidades da análise dos estereótipos na perspectiva das representações sociais	65
Limitações nas análises da teoria das representações sociais	68
Conclusão: uma proposta de integração da cognição social com as representações sociais na análise dos estereótipos	70
Considerações finais	73

CAPÍTULO 4

Do comportamento social à representação

Wolfgang Wagner

Acerca de espíritos e de mentes	77
Causalidade intencional: dos sistemas de crenças ao comportamento	78
Questionando a «causalidade intencional»	82
A ação é mais do que um evento isolado	83
Atores cooperantes e representações mútuas	87
Conclusão	91

CAPÍTULO 5

Inserções sociais e tomadas de posição – Efeito das pertenças sociais nas representações da globalização

Gabrielle Poeschl • Raquel Ribeiro

Pressupostos, assunções e modelo da perspetiva posicional	94
A globalização: um conceito multifacetado	99
Inserções nacionais e representações sociais da globalização	102
Observações conclusivas	110

CAPÍTULO 6

O papel da ancoragem na constituição de sistemas de representações – A saúde mental infantil como ilustração

Maria de Fátima de Souza Santos • Renata Lira dos Santos Aléssio

A que nos referimos quando falamos de sistema de representação social?	115
Entre novos e antigos objetos	116
Considerações finais	122

CAPÍTULO 7

Ciência popular como imunização cultural – Recuperar a função de resistência das representações sociais

Martin W. Bauer

Recuperando a função de resistência como ponto de referência	126
O contexto histórico e recorrente das representações sociais	133
Implicações para o estudo da ciência popular	137
Algumas conclusões atualizadas	146

CAPÍTULO 8

Quem receia as representações sociais? – A luta pelo desenvolvimento de um conhecimento democrático

Xenia Chryssochoou

O valor de uma teoria	150
Sociedades pensantes: isto é possível? Um metassistema orientador do pensamento	152
Universo consensual e reificado: um conhecimento social democrático	153
Quem é que receia as representações sociais?	
Um conhecimento democrático na terra do capitalismo	155
Teoria das representações sociais e desafios do séc. XXI: para uma abordagem mais societal	160

CAPÍTULO 9

É o fim da era das representações sociais?

Alain Clémence

Difusão das representações sociais desde 1980	166
Genealogia das publicações marcantes entre 1981 e 2020	172
Sobre alguns problemas e oportunidades futuras	177
Anexo	180

Posfácio	189
-----------------	-----

Jorge Vala

Notas	193
Referências bibliográficas	209
Sobre os autores	243

Prefácio

Jorge Correia Jesuino

Professor Emérito do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Em ciências sociais, e em particular no caso da psicologia social, observa-se a tendência para uma sistemática volatilidade das teorias e paradigmas. Talvez por razões de busca de originalidade a diferenciação é preferida à integração. Por vezes tal diferenciação será mais nominal do que substantiva. Uma exceção parece ser o caso da Teoria das Representações Sociais (TRS) introduzida por Serge Moscovici (SM) em 1961 na sua tese *La psychanalyse, son image et son public* que, 60 anos depois, continua a ser cultivada por sucessivas gerações de investigadores. Essa será uma razão para justificar o interesse e oportunidade da iniciativa de Joaquim Pires Valentim de reunir um conjunto de textos centrados nas singularidades desta tradição paradigmática.

O livro abre com uma exposição canónica da TRS da autoria de Joaquim Pires Valentim, indispensável para o eventual leitor menos familiarizado com os traços fundamentais do modelo teórico e do seu lugar no âmbito das Ciências Sociais. Ainda que a tónica predominante dos textos seja de carácter mais reflexivo e epistemológico há também contribuições relativas a estudos empíricos como é o caso do Capítulo 5 relativo a representações da globalização de Gabrielle Poeschl e Raquel Ribeiro, ou do Capítulo 6 sobre saúde mental e infantil de Maria de Fátima Sousa Santos e Renata Lira dos Santos Aleixo, cuja inclusão confere ao conjunto uma perspetiva clara dos usos do modelo, assim dando corpo às considerações suscitadas pelos textos mais generalistas e reflexivos.

A predominância da epistemologia justifica-se pelas interrogações que inevitavelmente se colocam quando as teorias dão sinais de perda de vitalidade, real ou apenas pressentida, provocando um retorno às origens e fundamentação para a sua continuidade. O Capítulo 9 de Alain Clémence, que fecha o conjunto, coloca particular ênfase neste diagnóstico menos animador para a TRS, elaborado a partir de uma minuciosa análise bibliométrica de publicações nesta área do conhecimento.

Esta preocupação já fora enunciada por Joaquim Pires Valentim num artigo que publicou em 2013 com o título «Que futuro para as representações sociais?» onde descrevia a tendência para um esgotamento do paradigma, não tanto em termos do número de estudos publicados, mas por virtude da sua «anemia teórica», do escasso interesse dos temas abordados, bem como do caráter quase mecânico das aplicações.

Esta é uma preocupação que volta com frequência, e que por vezes se designa por crise, remetendo para a questão da legitimidade epistemológica, já não só de uma teoria, mas de uma disciplina de vocação híbrida como é a Psicologia Social.

SM ao introduzir este novo paradigma de algum modo abriu uma caixa de Pandora. Fê-lo num tom porventura demasiado provocatório, propondo uma nova alternativa àquilo que ele como muitos outros colegas europeus consideraram ser uma crise da Psicologia Social Experimental e assim fundar uma meta disciplina social, uma nova antropologia cognitiva, conferindo uma maior relevância às Ciências Sociais. Compreende-se enquanto estratégia para dar visibilidade a uma viragem, a um «outro olhar» (*un nouveau regard*), mas também se entende a reserva das comunidades científicas, mesmo locais, a qualquer tentativa imperialista ou apenas tentativamente federadora.

Passadas que são várias décadas sobre esse momento fundador e dos vivos debates que então suscitou, tudo parece indicar, e aqui invoco o belo título do capítulo de Xenia Chrysoschoou, que a TRS acabou por «não fazer medo» a ninguém, reduzindo-se na melhor das hipóteses a uma ideia vaga sobre a génese da *doxa*, agora cada vez mais instável com a aceleração do processo histórico e pela digitalização crescente do espaço público.

Se acaso a teoria perdeu a sua capacidade desconstrutiva isso poderia levar-nos a interrogar invocando os sugestivos títulos, desta vez do próprio SM, se da *Era das Representações Sociais* não estaremos a assistir sobretudo ao *Fim das Representações Sociais*, pelo menos enquanto entendidas como consensos minimamente estáveis gerados através dos múltiplos cruzamentos dos diálogos sociais.

A esta visão demasiado melancólica podemos todavia opor uma postura menos negativa aceitando, como propõe Wolfgang Wagner, que o pensamento emerge da própria ação sendo esse o lugar onde devemos procurar as representações, finalmente sempre sociais, ou mesmo coletivas, pragmaticamente direcionadas para futuros possíveis e sob esse aspeto contribuindo para reforçar a epistemologia construtivista, de que SM sempre se reclamou. De algum modo tal poderia interpretar-se no quadro do triângulo Ego-Alter-Objeto cujas virtualidades semióticas estão em grande medida por explorar.

Também, e agora recorrendo a Martin Bauer, podemos atribuir às representações sociais um papel tanto mais social, ou democrático como prefere Xenia Chryssochoou, quanto maior seja a resistência que oferecem às «sugestões suas» (*nugging*) do «paternalismo libertário» que nem por isso, ou por isso mesmo, não deixam de ser legitimadas pelo Nobel. De qualquer forma sempre que se trate de pedir contas à nossa disciplina social, e sobretudo quando ela se torna minoritária, maior será a premência dum retorno à epistemologia.

Se a ambição inicial de SM acaso pecou por excesso, esse terá sido um pecado original cuja consequência foi tornar-se vítima do seu próprio sucesso atestado pela sua longevidade. Ao optar entre as várias modalidades pela «Ciência Paradigmática», como recorda Xenia Chryssochoou, ainda que não no sentido estritamente Kuhniano, não terá evitado o corolário do autoisolamento duma comunidade tornada, na fórmula de Imre Lakatos, «cintura protetora» da teoria e desse modo contribuído para sua esterilidade.

Muitos de nós terão então esquecido uma observação antiga formulada em 1958 por Michael Polanyi de que o controle no campo científico não se exerce apenas no interior das comunidades disciplinares, mas também através das disciplinas próximas e, transitivamente, para disciplinas mais distantes. Paradoxal de resto que o vírus da «ciência normal», rotineira e redundante, que terá presumivelmente afetado a TRS tenha sido quebrado a partir do seu próprio interior gerando tendências e modelos dificilmente intercomensuráveis, como de resto virá a suceder com as outras linhas de pesquisa que SM desenvolveu, qual efeito de «polifasia cognitiva».

Espíritos criativos e inovadores como SM, movidos por uma pluralidade de interesses e dotados de vasta erudição, nem sempre escapam a algum tipo de inconsistência que acaba, todavia, por resultar mais benéfica do que destrutiva, dado abrirem novos campos de reflexão e que eventualmente conduzem a conciliar o que parecia inconciliável.

Recordando um texto de 1972 particularmente contundente, SM observa, e vale a pena reproduzir, que «temos de admitir que a psicologia social não é verdadeiramente uma ciência. Gostamos de dar uma aparência de ciência usando o raciocínio matemático e os refinamentos do método experimental; mas o facto é que a psicologia social não pode ser descrita como uma disciplina com um campo de interesse unitário, com um quadro de critérios e requisitos, um corpo coerente de conhecimentos ou mesmo como um conjunto de perspetivas comuns compartilhadas por aqueles que a praticam. Seria mais próximo da verdade dizer que consiste num movimento de investigação e de metodologia que atrai periodicamente um conjunto de diversos interesses, que por vezes consegue enriquecer, de

novas e inesperadas formas, mas cujo fundamento para o futuro está por definir» (1972, p. 32).

É certo que esta passagem faz parte dum texto que visa sobretudo denunciar a normalização duma psicologia social hegemonzada pela produção norte-americana e isso não obstante o caráter nomotético de que se procura revestir, como se o «laboratório» só por si fosse garantia de proximidade das «ciências duras». O próprio designativo de laboratório não deixa de ser sintomático.

Mas o que SM denuncia não será também algo a que ele próprio não terá resistido, ao prosseguir essa outra linha de pesquisa sobre os processos de influência social onde tanto inovou? Esta é uma questão que sempre esteve no horizonte dos seus colaboradores e epígonos a que ele próprio, quando perguntado por exemplo por Ivana Markova, não procurou, ou não terá querido, responder em termos minimamente esclarecedores.

Voltando a Michael Polanyi não haverá, todavia, alguma via de controlo horizontal entre o que o laboratório sugere ou valida e o que se observa na sociogénese do senso comum? Não será essa a ilustração fornecida pelo caso da psicanálise, minoritária na França dos anos 1950, ao lograr infiltrar-se no vocabulário dos discursos circulantes e a polarizar ideologias?

É minha convicção que SM não terá alterado significativamente o diagnóstico que fez, em 1972, da psicologia social «normalizada», e quanto ao facto de não ter resistido ao ilusório prestígio do laboratório – *Anch'io sono pittore* – também é minha convicção que não só o não privilegia como o método por excelência, ou como critério de cientificidade nomotética, mas apenas como uma modalidade qualitativa entre outras, uma forma de ensaiar hipóteses explicativas locais de previsibilidade reduzida e instável e de forma alguma legaliformes.

E se bem interpreto a missão que SM nos legou e nos incentivou a prosseguir, ela consiste sobretudo em insistir, como Popper, mais nas «conjeturas» do que nas «refutações», mais na ciência revolucionária do que na ciência normal. Parafraseando novamente os títulos de SM haveria que contrariar a tendência para *domesticar* as ciências sociais e desde logo teorias como a que propôs no âmbito do pensamento social, procurando a sua reterritorialização epistemológica, insistindo mais na sua vertente fenomenológica, descritiva e explicativa, mas nem por isso menos crítica ou não menos prudentemente atenta às «hermenêuticas da suspeição».

Não será de resto essa a via através da qual a TRS se constituiu enquanto teoria, como uma epistemologia do senso comum, como SM tão claramente e sempre reivindicou? De resto a própria noção de «representação social» sempre terá sido uma noção relativamente intuitiva e não problemática. Enquanto significante vago abre-se para uma vasta panóplia de jogos de linguagem sendo invo-

cada muito para além das fronteiras onde, na esteira de SM, têm sido mais sistematicamente e metodicamente examinadas. Não será, todavia, tanto a noção mas as suas *condições de possibilidade*, estreitamente associadas à formação das crenças que convidam à sua teorização. Devemos a SM a percepção que teve da influência determinante que a ciência e a tecnologia passaram a exercer na nossa modernidade e como contribuíram para reforçar a ideologia iluminista num progresso baseado no crescimento contínuo e ilimitado da produção económica.

Essa seria a representação hegemónica do senso comum no século XX, hoje em dia posta em causa pelos efeitos perversos que o seu sucesso terá provocado. Do seu posto de observação enquanto filósofo e historiador da ciência em que igualmente se afirmou, SM soube prever que seria a «questão natural», como assim designou, o paradoxo do desenvolvimento insustentável, a questão para o tempo futuro e que hoje se enuncia em termos de «limites da tecnociência», uma questão que não parece facilmente equacionável.

Podemos admitir que esteja em curso a construção de um novo senso comum bem como de novas solidariedades, e sob esse aspeto, a TRS propõe um quadro concetual adequado para identificar tendências latentes, a par de múltiplas perplexidades em busca do novo sentido para a História. A tematização do senso comum, hoje tornada urgente e imperativa, parece confirmar o aforismo Lewiniano de que «nada é tão prático como uma boa teoria».

Ao nosso colega Joaquim Pires Valentim, cuja iniciativa nos parece da maior oportunidade, haveria agora que responder, em termos mais otimistas, que a TRS tem futuro, mas que esse futuro é difícil, desde logo pelas exigências que coloca na construção do objeto de pesquisa. No quadro dos identarismos plurais da nossa atualidade será de antecipar que as representações reflitam mais perplexidade do que certezas. A construção do senso comum exige tempo e não temos garantia que possa vir a estabilizar. Mais uma razão para não prescindirmos da capacidade de pensar e assim, de algum modo, saber resistir à letargia duma conformidade serializada.

Finalmente, permita-se a insistência, tal empresa implica multiplicar os diálogos interdisciplinares, aliás implícitos no quadro dum novo modelo epistemológico mais inclusivo, onde cada vez menos sentido terá perpetuar fronteiras tanto entre as ciências naturais e ciências humanas e menos ainda quando tais fronteiras se reproduzem no interior das disciplinas regionais ou mesmo nos seus paradigmas.

Introdução

Joaquim Pires Valentim

Universidade de Coimbra

O nosso pensamento nem sempre parece ser racional. É-nos difícil abandonar velhas concepções, mesmo sabendo que são erradas e não adotamos novas ideias só porque temos nova informação, ou novos dados que foram demonstrados pela ciência, ou pelas evidências com que nos confrontamos no dia-a-dia. Em vez disso, é frequente persistirmos nos nossos «erros» e «raciocínios enviesados». Procuramos confirmá-los e encontramos maneira de o fazer, mesmo quando os acontecimentos externos os invalidam. Esses modos de pensar e agir do senso comum, determinados pelas nossas inserções sociais e, por vezes, mais próximos do pensamento mágico, não deixam de ser funcionais e adaptativos. Permitem-nos lidar com inúmeras situações nas nossas vidas, preservar as nossas certezas, os nossos valores, a nossa identidade pessoal e coletiva e até o nosso bem-estar. E quando incorporamos informações e dados dos resultados científicos nessas epistemologias do senso comum, fazemo-lo à «nossa maneira», enquadrando-os no nosso modo de ver as coisas. Às vezes retorcemos e até deturpamos essas informações para as encaixarmos naquilo que já sabemos e precisamos de preservar, adaptando-nos assim a mudanças que nos chegam continuamente por múltiplas vias, das redes sociais ao que ouvimos os outros dizerem. Adotamos e atualizamos o conhecimento que pauta a nossa vida em sociedades marcadas pela ideia de que somos (ou devemos ser) indivíduos livres e autónomos que decidem o seu próprio destino e que agem de acordo com aquilo que sabem, pensam e com aquilo que são os seus valores. Claro que quando as coisas correm mal, podemos sempre recorrer a explicações externas, a outros fatores, protegendo-nos assim desses falhanços. Essas «ilusões liberais» como lhes chamou Jean-Léon Beauvois fazem parte das representações sociais enraizadas nas nossas sociedades e são, a um tempo, coletivas e individuais. Não se manifestam só como ideias, pensamento, cognições individuais. Fazendo parte do senso comum, estão enraizadas nos quadros culturais e histórico-sociais em que nos inserimos e expressam-se de muitas maneiras, em imagens, símbolos, textos, discursos, con-

versas, gestos e comportamentos. O senso comum alimenta-se de muita coisa e muita coisa põe em causa. Esse é um dos motivos pelos quais conhecê-lo é uma tarefa importante e até urgente nas sociedades contemporâneas. Mas não é o único. Compreender o funcionamento do senso comum é também importante para transformar situações que devem ser mudadas, como é o caso de injustiças que decorrem de preconceitos. De facto, os saberes não se reduzem ao saber «sábio», respeitado e legítimo proveniente de fontes oficiais ou da ciência. A expansão da ciência e da técnica, tornada possível pela generalização e sucesso dos sistemas de ensino contemporâneos, não aboliu – mesmo nas sociedades onde isso aconteceu – outros conhecimentos e outras racionalidades no pensamento das pessoas. Nos últimos tempos, a relativização dos saberes tem vindo a ser reforçada de múltiplas formas, bem nutrida pelas redes sociais que povoam o mundo digital: *fake news*, teorias da conspiração, as ideias de «pós-verdade» e de histórias alternativas ilustram-no bem. No nosso dia-a-dia abundam exemplos de como outras formas de pensamento coexistem e resistem à aceitação dos resultados da investigação científica, à sua racionalidade e até ao simples confronto com evidências óbvias, contrapondo outras informações, através de outros modos de pensamento cujas lógicas são diferentes da lógica científica. Entendê-los como manifestações de obscurantismo do senso comum que importa erradicar (e acreditar que assim serão erradicados) através da demonstração dos dados e das suas evidências, da expansão do conhecimento científico e da divulgação científica, é coisa desmentida diariamente pelo que vemos acontecer em sociedades altamente escolarizadas.

Então, como pensamos no quotidiano? O que tem de específico o pensamento do senso comum? Como apreendemos noções abstratas e complexas (por ex., conceitos científicos) que usamos na vida de todos os dias? Como lidamos com as informações ambíguas que nos chegam quase em permanência? O que pensamos sobre «coisas» como a COVID-19, a globalização, a guerra, os direitos humanos, a doença mental, o aquecimento global, a crise económica, o colonialismo ou a inteligência? Será que quando se trata de defender uma posição que nos é cara, ou defender um amigo, explicar algo inexplicável, lidarmos com uma pandemia, persistir num preconceito, preservar a imagem que temos do nosso grupo e de nós próprios, aplicamos sempre as regras do pensamento racional, como, por exemplo, a lei da não-contradição? Porque é que, por vezes, é tão difícil abandonarmos ideias erradas?

Para dar conta deste tipo de questões, há mais de 60 anos que os psicólogos sociais usam a noção de representação social. A psicologia social pode, de facto, ajudar a encontrar respostas para essas questões. Mas ela tem sido marcada por modelos individualistas, nos quais o senso comum é entendido pela negativa como algo depreciativo: pensar de forma errada ou, pelo menos, enviesada. Apesar de

ser possível reivindicar outros enraizamentos históricos e epistemológicos, esses modelos individualistas têm sido dominantes da psicologia social. Primeiro, no processo de afirmação científica da disciplina, com o entendimento de que a metodologia experimental seria apenas possível no estudo dos fenômenos psíquicos elementares, mais tarde com a cognição social centrada nos processos de tratamento de informação intraindividuais e, mais recentemente, com a expansão das neurociências esses modelos têm-se rejuvenescido e consolidado. A teoria das representações sociais procura trazer algo de novo a esse estado de coisas, com outra concepção do senso comum. Procura perceber a sua especificidade, entender o raciocínio das pessoas comuns como o de um «sábio amador» e procurar ver, não os seus erros, mas o que tem de específico em comparação com o raciocínio de um «sábio profissional». Nas ilustrações de Moscovici a diferença entre um Poirot de Agatha Christie (e já agora, porque o personagem o merece, um Maigret de Simenon) e os personagens de Flaubert, Bouvard e Pécuchet (obra a que Moscovici não foi indiferente quando ainda vivia na Roménia). Os que tudo analisam e dissecam num raciocínio com método, de uma racionalidade exímia, que vai das premissas às conclusões, considerando de forma rigorosa os dados empíricos disponíveis (os primeiros). E os que tudo misturam, fazendo *bricolage* com ideias e dados científicos em peças desconexas, aos pedaços, juntas num caleidoscópio de noções dispersas, imagens e sentimentos (os segundos).

Mas podemos perguntar por que razão vale a pena desenvolver essa curiosidade por raciocínios errados e até «primitivos» – como foram outrora chamados – que não poderão conduzir a boas análises e a bons resultados. Esse é o ponto e a resposta é simples: isso é uma peça importante para conseguirmos perceber como as pessoas pensam, decidem, atuam, seja individual, seja coletivamente. Esses modos de pensar guiam o nosso comportamento, ou melhor, expressam-se também através do nosso comportamento, das nossas decisões e da nossa vida social e política.

Enraizadas na história, em imagens e em ideias coletivas que circulam na sociedade, vindas de múltiplas fontes, as representações sociais chegam até nós através de diferentes formas e assim se vão transmitindo e disseminando, orientando o que pensamos, como pensamos, expressando-se no que dizemos (e não dizemos) e no que fazemos (e não fazemos).

É disto que trata este livro. Procura, fundamentalmente, apresentar e debater a teoria das representações sociais, incidindo nos aspetos básicos da teoria, bem como em problemas mais recentes e perspetivas contemporâneas no desenvolvimento desses estudos, analisados a partir de diferentes abordagens. Começa por uma revisão dos principais conceitos fundadores da teoria das representações sociais. Esta desenvolveu-se em várias frentes, enriqueceu-se e diversificou-se ao longo do tempo. Tem também sido usada apenas como uma designação,

ou uma etiqueta, seja no comentário social publicado, seja na própria pesquisa científica. Pareceu-me por isso, que valia a pena começar o livro com uma apresentação dos conceitos básicos da teoria. Fi-lo transformando o velho primeiro capítulo da minha tese de doutoramento no primeiro capítulo deste livro.

No segundo capítulo, Isabel Miguel partindo também das origens do conceito, analisa o que distingue a teoria das representações sociais dos estudos das atitudes e da cognição social e depois centra-se nos desdobramentos que a teoria tem vindo a conhecer apresentando-nos de forma clara e didática quatro abordagens teóricas complementares que muito têm contribuído para o desenvolvimento da teoria das representações sociais: as abordagens antropológica, estrutural, sociodinâmica e dialógica.

De seguida, Marcus Eugénio Lima faz uma análise muito pertinente das possibilidades de contactos na «rivalidade» entre teoria das representações sociais e modelos da cognição social. Centrando o seu capítulo no estudo dos estereótipos, analisa as potencialidades e limites daquelas perspetivas e discute as possibilidades de integração da cognição social e da teoria das representações sociais no estudo dos estereótipos.

No quarto capítulo, Wolfgang Wagner debruça-se sobre o modelo clássico e amplamente disseminado na psicologia de causalidade linear, segundo o qual a crença (ou a intenção) leva ao comportamento. É um pouco a velha ideia de «pensar antes de agir». Primeiro vêm as cognições, as ideias, as atitudes. E depois o comportamento, a ação. Na psicologia é quase sempre assim: cognições e/ou atitudes são as variáveis independentes; o comportamento é a variável dependente. Todavia, há uma série de situações em que parece que as coisas não são bem assim e até se passam ao contrário. Situações em que primeiro agimos e depois procuramos, de algum modo, racionalizar o que fizemos. Ou, como diz uma canção de Chico Buarque, «aja duas vezes antes de pensar». A teoria das representações sociais também tem atribuído essa função de «causalidade intencional» às representações: elas dirigem, orientam a ação. Ora, neste capítulo, Wagner defende que crença e comportamento fazem parte das representações sociais, sendo os comportamentos a extensão observável da representação e não a sua consequência (a sua variável dependente) considerada como algo separado.

No quinto capítulo, Gabrielle Poeschl e Raquel Ribeiro, partindo da perspetiva da «escola de Genebra», começam por apresentar as características dessa perspetiva para, de seguida, a ilustrarem com a síntese de uma investigação sobre as representações sociais da globalização. Trata-se de um estudo com resultados particularmente interessantes, realizado em cinco países (entre os quais Portugal) de continentes diferentes, apresentado tendo em conta as três fases de acordo com aquela abordagem (pontos comuns, diferentes posições e ancoragens).

No sexto capítulo Fátima Santos e Renata Aléssio analisam e discutem o conceito de sistemas de representação. Discutindo-o em relação com o papel da ancoragem propõem uma nova perspectiva sobre o conceito de sistemas de representação e apresentam a síntese de duas pesquisas com as quais ilustram as suas ideias, uma delas no domínio representações e práticas sociais no cuidado à saúde mental infantil, a outra no domínio das representações sobre o déficit de atenção e hiperatividade.

No sétimo capítulo, Martin Bauer atualiza uma importante contribuição neste campo, centrando-se na função de resistência das representações sociais. Aqui, ao contrário do «modelo do déficit», a disseminação científica no senso comum não é uma simples questão de afinação dos canais de comunicação para evitar uma receção distorcida da ciência. Não se trata apenas de saber comunicar melhor, de literacia ou de iluminar o senso comum com as luzes do conhecimento científico. É um capítulo pleno de implicações teóricas e de aplicação no domínio da divulgação científica ou do estudo da popularização da ciência e dos processos de comunicação aí envolvidos.

De seguida, no seu capítulo, Xenia Chryssochoou defende que as representações sociais são um conhecimento democrático e plural, no sentido em que todos são produtores de conhecimento, contrariamente ao que acontece na ciência, porque não dependem das instâncias formais e hierárquicas de produção de saber. Um conhecimento coletivo, dependente das divisões sociais, desafiador da ideologia do individualismo que marca as sociedades capitalistas e que é também um conhecimento com potencial para as transformar. Por isso, defende a autora, a teoria tem sido rejeitada e até receada. E também por isso, segundo Chryssochoou, ela poderia ser adotada e utilizada pelos investigadores.

No último capítulo, Alain Clémence apresenta-nos uma pesquisa bibliométrica sobre a evolução das publicações em representações sociais, a partir dos registos na *Web of Science* e no *Google Scholar*. Fá-lo comparando as publicações em representações sociais com as publicações nos domínios da influência minoritária, da cognição social e da ameaça do estereótipo. Analisa os dados em termos de evolução do número de publicações, das revistas em que esses domínios têm uma presença maior e também das «genealogias» das publicações marcantes, das referências teóricas e metodológicas e das referências temáticas, terminando com uma abordagem prospetiva sobre o futuro dos estudos em representações sociais.

Quem ler mais que um capítulo, facilmente se dará conta que, aqui e ali, diferentes autores não usam as mesmas designações referindo-se aos mesmos aspetos da teoria. Em especial, quando se referem às funções das representações sociais e às diferentes abordagens no seu estudo. Não seria difícil homogeneizar

essas diferentes designações. Mas preferi não pedir isso aos autores, pois manter essas diferenças em nada atrapalha a compreensão dessas partes do texto e, mais ainda, pareceu-me que isso traduz também, em pequena escala, a característica plural e diversa das pesquisas neste domínio.

Por último, devo dizer que este livro tem uma longa história. Começou por uma espécie de capricho da minha parte: publicar um livro em português sobre representações sociais, com diferentes contributos de autores reconhecidos nesse domínio. De facto, que eu saiba, continua a não existir em Portugal nenhum livro publicado sobre representações sociais, tirando o indispensável capítulo de referência no manual de psicologia social de Vala e Monteiro, que, desde a primeira edição até hoje, se tem mantido parte integrante desse livro. Ora, essa ideia veio a revelar-se de difícil concretização como eu estava longe de pensar. Não pela falta de adesão dos autores. Essa foi imediata e não regateada. Mas a questão editorial (ou melhor, comercial) obrigaria a uma longa, e por vezes desesperante, marcha daquela ideia até à sua concretização, apenas possível graças à disponibilidade de Manuel Robalo, a quem deixo aqui o meu sincero agradecimento pela forma como acolheu a ideia de editar este livro. Agradeço também à Isabel Miguel e à Teresa Forte pelo longo e árduo trabalho de tradução e revisões sucessivas e, sobretudo, pela forma tão competente e disponível como sempre o fizeram. Bom, o livro aí está. Espero que seja útil a investigadores, professores, estudantes e profissionais que trabalham em domínios diferentes, para quem a teoria das representações sociais e os estudos empíricos nesse domínio possam ser uma ferramenta importante que os ajude no seu ofício. Espero que seja útil e não só. Como muitas vezes dizem os músicos de jazz em concerto, ao apresentarem o tema seguinte: «espero que gostem».

Capítulo 1

Noções básicas sobre representações sociais

Joaquim Pires Valentim

Universidade de Coimbra

Mais de meio século depois da noção de representação social ter sido proposta por Serge Moscovici,¹ não é difícil constatar como proliferaram os trabalhos nesse domínio, tendo a noção conhecido uma difusão que se estende a disciplinas adjacentes e até mesmo ao campo da chamada opinião publicada. Dispomos hoje, no domínio das representações sociais, de interessantes propostas teóricas e de sólidas aquisições empíricas. Estes desenvolvimentos têm sido caracterizados pela diferenciação, quer em termos teóricos, quer em termos metodológicos – o que, desde o início, se mantém como uma das características do estudo das representações sociais –, quer, ainda, em termos de áreas geográficas ou de expressão linguística² em que esses estudos se têm vindo a realizar.

Todavia, se em 1989 Jodelet afirmava com razão que se tratava de «um domínio em expansão»³, nunca deixou de ser uma teoria minoritária na psicologia social. Dito de outro modo, apesar dessa expansão ser, em boa medida, resultado do trabalho de uma influência minoritária – cujos efeitos são sobejamente conhecidos desde as pesquisas de Moscovici nessa área –, a psicologia social, mesmo a psicologia social europeia, está longe de ter entrado numa «era das representações sociais».⁴

É certo que, a partir da década de 80 do século passado, as investigações no domínio das representações sociais conheceram uma vitalidade que fez sair o conceito da situação quase «paroquial»⁵ em que se manteve durante perto de duas décadas. Mas não é difícil constatar que na psicologia social têm predominado as abordagens caracterizadas por uma conceção dos indivíduos como processadores de informação, em que os quadros sociais se encontram quase ausentes das explicações ou em que, quando muito, são reconstruídos *a posteriori*, como variáveis invocadas. Esse foco nos processos intraindividuais fortaleceu-se com a emergência da cognição social nos anos 70 do século passado e tem vindo a ser reforçado com o extraordinário desenvolvimento das neurociências, que é consistente com esta tendência profunda da psicologia social, renovando-a e amplificando-a em termos inéditos quanto às suas repercussões epistemológicas, científicas, sociais e políticas.⁶

Por outro lado, essa expansão no domínio das representações sociais tem conduzido a uma proliferação de sentidos em que a noção é utilizada, por vezes de forma demasiado vaga, podendo traduzir diferentes conceitos teóricos, diferentes abordagens e preocupações de investigação, ou até uma simples designação teórica genérica sem correspondência com o trabalho apresentado.

Em síntese, trata-se de um conceito cujas características acarretam, quase inevitavelmente, uma profusão de sentidos nos usos que dele são feitos. O que não se deve apenas ao facto da noção de representação social se situar numa encruzilhada epistemológica, entre o individual e o coletivo, o psicológico e o social, abarcando um conjunto de problemas comum a várias disciplinas. Para isso contribuem outros fatores, designadamente as características paradigmáticas da teoria e o facto de se tratar de uma noção «em aberto» que tem sido sujeita a reformulações de diferentes índoles – algumas provenientes do próprio Moscovici. Reformulações que, não sendo necessariamente contraditórias entre si, por vezes se mostram muito pouco «ancoradas» nas formulações teóricas anteriores.

Impõe-se, por isso, uma breve revisão da noção de representação social, de modo a delimitar o campo e o uso que dela fazemos. É o que passo a fazer de seguida, começando por uma espécie de «retorno ao básico», ou seja, ao trabalho inaugural de Moscovici, tantas vezes citado neste domínio. O que também permitirá – pelo menos assim o penso – elucidar um pouco as suas características específicas e boa parte das fontes de resistência que a teoria das representações sociais tem suscitado.

COORDENADOR



Joaquim Pires Valentim. Professor na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, onde foi coordenador do doutoramento em Psicologia entre 2015 e 2021. Doutor em Psicologia Social pela Universidade de Coimbra, fez também o doutoramento Europeu em Representações Sociais e Comunicação (Universidade de Roma La Sapienza, Universidade de Helsínquia e ISCTE). As suas principais áreas de pesquisa são: representações sociais, psicologia política, relações entre grupos, diversidade cultural e memória coletiva. Nestes domínios tem coordenado e integrado equipas de projetos de investigação nacionais e europeus, e publica regularmente em revistas internacionais com arbitragem científica. Publicou, entre outros, os livros *Escola, igualdade e diferença* (1997), *Societal approaches in social psychology* (2011) e, com Karel van Nieuwenhuyse, *The colonial past in history textbooks. Historical and social psychological perspectives* (2018).

AUTORES

Alain Clémence
Gabrielle Poeschl
Isabel Cerca Miguel
Joaquim Pires Valentim
Marcus Eugênio Oliveira Lima
Maria de Fátima de Souza Santos

Martin W. Bauer
Raquel Ribeiro
Renata Lira dos Santos Aléssio
Wolfgang Wagner
Xenia Chryssochoou

Como pensamos no quotidiano? O que tem de específico o pensamento do senso comum? Como apreendemos noções abstratas e complexas, como é o caso de conceitos científicos que usamos na vida de todos os dias? O que pensamos sobre «coisas» como a COVID-19, a globalização, os direitos humanos, a doença mental, o aquecimento global, ou a inteligência? Será que quando se trata de defender uma posição que nos é cara ou um amigo, explicar algo novo que parece inexplicável, prever o futuro, lidarmos com uma pandemia, persistir num preconceito, aplicamos sempre as regras do pensamento racional, como por exemplo a lei da não contradição? Porque é que, por vezes, é tão difícil abandonarmos ideias erradas? É deste tipo de questões que trata a teoria das representações sociais, aqui apresentada de forma clara e diversificada por alguns dos autores que se têm destacado neste campo de estudos, sendo esta a primeira contribuição deste género publicada em Portugal.

ISBN 978-989-561-241-3



9 789895 612413

721